

Desnaturalizando uma única natureza: Percursos para pensar o Antropoceno e as políticas climáticas

Denaturalizing an only nature: Paths to thinking about the Anthropocene and climate policies

QUEITON CARMO

Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo: O Antropoceno tem sido um conceito em que a dualidade natureza-cultura vem sendo largamente questionada no campo das Humanidades, em especial nas últimas décadas. O artigo investiga e analisa os primeiros relatórios das reuniões que envolviam um sentido global e homogêneo para o que estava se definindo a respeito da noção de natureza e as políticas sobre as mudanças climáticas. Tal noção é encontrada recorrentemente nos documentos iniciais do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, *IPCC*, vinculado à organização das Nações Unidas (ONU). Apontamos que com as mudanças climáticas em curso, os modos de pensar a “natureza” podem ser reexaminados sobretudo a partir da década de noventa, a partir dos relatórios climáticos, chamamos que esse ideal de natureza envolve um tipo de “política de unificação”. Em oposição a essa política defendemos que no Antropoceno possamos pensar modos de escrever a história de maneira cosmopolítica.

Palavras-chaves: Antropoceno. Cosmopolíticas da Natureza. Política climática.

Abstract: *The Anthropocene has been a concept in which the duality between nature and culture has been widely questioned in the field of Humanities, especially in recent decades. This article investigates and analyzes the first reports of meetings that involved a global and homogeneous sense of what was being defined regarding the notion of nature and policies about climate change. This notion is found repeatedly in the initial documents of the Intergovernmental Panel on Climate Change, IPCC, bound by the United Nations (UN). It is clear that with the ongoing climate changes, ways of thinking about “nature” can be reexamined, especially since the 1990s, based on climate reports. I call this ideal of nature a type of “politics of unification”. In opposition to this politics, I argue that in the Anthropocene we can think of ways of writing history in a cosmopolitical way.*

Keywords: *Anthropocene. Cosmopolitics of Nature. Climate Change Policy.*

Introdução

Este estudo investiga qual definição de natureza é apresentada nas políticas climáticas contemporâneas ao que se refere à destruição do meio ambiente. Há o consenso histórico de que as ações geridas pelos Estados nacionais para transformação de espaços e fronteiras, a fim de obter cada vez mais recursos, acarretaram em um grande impacto na ecologia global. A partir da segunda metade do século XX, esse momento tem sido reconhecido como a Grande Aceleração (STEFFEN *et al.*, 2015; MCNEILL; ENGELKE, 2014; PADUA; SARAMAGO, 2023). Para lidar com esse impacto as políticas climáticas surgiram e tentaram criar alguma resposta aos efeitos degradantes dos usos de fontes energéticas não sustentáveis e outras perturbações ecológicas. Essa transformação tem sido estudada por cientistas das chamadas Ciências do Sistema Terra (as CST), que atualmente se empenham em construir uma narrativa (historiográfica) sobre os regimes bióticos e abióticos do planeta (LOWANDE, 2023). Tal narrativa tem posto diferentes historicidades humanas e mais que humanas lado a lado, confrontando a história de coetaneidade entre a Terra e a humanidade (CHAKRABARTY, 2018; DOMANSKA, 2024). No que tange as perturbações ecológicas, essas têm sido fundamentais para pensar e perseguir as manchas do Antropoceno, onde exigem conexões parciais entre global e local (TSING, 2021).

A partir de um foco epistemológico, neste texto, investigamos e analisamos os primeiros relatórios das reuniões que envolviam um sentido global e homogêneo para o que estava se definindo a respeito da noção de natureza. Tal noção é encontrada recorrentemente nos documentos iniciais do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, sigla em inglês *IPCC*, o Painel surgiu com a presença de diversos cientistas naturais e mantém-se vinculado à organização das Nações Unidas (ONU). Analisamos os relatórios que cobrem o período da década de 1990, em especial as discussões marcadas pela Rio-92. Tais documentos e reuniões globais foram organizadas com intuito de produzir decisões junto aos Estados nacionais sob categoria de “responsabilidade comum” ao mesmo tempo que não partilhavam um consenso sobre quem devia “pagar a conta” sobre as mudanças do clima em curso.

O artigo propõe que ideia de natureza, vista como entidade totalizadora, tem sido essencial para reproduzir e reificar uma imaginação política ligada ao domínio do

humano, ao que envolve o Antropoceno e as suas políticas, como buscaremos explicitar, essa ideia por vezes aparece “truncada, simplificada, exageradamente moralista, excessivamente polêmica e prematuramente política da alteridade do mundo” (LATOURE, 2020a, p. 67). Essa entidade totalizadora tem servido as mais cruéis ações do neoliberalismo e como esse modo econômico tem provocado sucessivas catástrofes ancestrais (POVINELLI, 2024). Do mesmo modo, que a contínua obtenção de “recursos naturais” tem se mostrado ao modo de vida industrial essencial e inegociável. A presente história das decisões da política climática cria aquilo que foi chamado de “alternativas infernais” por Stengers & Pignarre (2017), ao não romper totalmente com esse modelo de extração dos recursos naturais.

Apontamos que com as mudanças climáticas em curso, os modos de pensar a “natureza” podem ser reexaminados sobretudo a partir da década de noventa, em que as políticas climáticas e ecológicas criaram agendas para lidar com o problema ambiental. As morosas ações do Estado, em especial de países ricos, são confrontadas com aquilo que chamamos a partir dos relatórios climáticos de um tipo de “política de unificação” da natureza.

Partindo desses pontos iniciais, as histórias das florestas, dos rios, de seres e gentes que habitam o mundo está embricada também com a história da exploração e transformação de ambientes. Narrar esses muitos seres envolvidos, na constituição de novas paisagens disciplinares, exige reflexões multidisciplinares com base na literatura atual sobre o debate do Antropoceno e da história ambiental (SULIANI, C.; KLANOVICZ, J.; MARCIO DA SILVA, 2023). Ao ter como ponto de investigação debates históricos sobre as mudanças climáticas e suas políticas pensamos uma metodologia reflexiva crítica, como será exposto, problematizando algumas conferências ambientais de cunho global e indagando o que pode estar oculto no conceito de natureza e como poderemos pensar em uma historiografia preocupada com esses novos desafios.

Cosmopolíticas no Antropoceno

Embora o Antropoceno tenha sido o designador não oficial para a nomeação de uma nova época geológica, cuja a destruição e desenvolvimento industrial tem sido a

maior marca da sua pegada ecológica, a sua ambiguidade tem sido aproveitada de diversas formas nas humanidades ambientais. Essa nomeação havia sido proposta, inicialmente, pelo químico Paul Crutzen e pelo biólogo Eugene Stoemer (CRUTZEN & STOEMER, 2000) no início deste século. Essa época então marcaria a chamada “era dos humanos”¹, ou pelo menos, daqueles humanos que usam combustíveis fósseis e uma série de engenharias que causam efeitos industriais destrutivos nas paisagens *mais-que-humanas* (TSING, 2019). O fato é que o conceito se espalhou tão rapidamente, e ao menos nos últimos anos, tem provocado diversas críticas e uma abundância de publicações que aproximam artes das ciências, redesenhando fronteiras entre ciências humanas e naturais ao questionar diretamente os sentidos da divisão natureza e cultura².

Um dos problemas que a nomeação do Antropoceno demonstra é a ausência de responsabilidade das sociedades cuja o sistema e as relações sociais estão baseados cada vez mais na obtenção dos recursos naturais e principalmente a exploração de combustíveis fósseis; como gás natural, carvão e o petróleo, fontes de energia poluentes, principais emissores dos gases de efeito estufa (os chamados GEE). Ao mesmo tempo que faz presumir que toda a ideia de humanidade é homogênea ignorando a diversidade cultural e as diversas formas de relação com a Terra que não é baseada na obtenção ou obstrução ambiental (DANOWSKI & VIVEIROS DE CASTRO, 2017). E essas são as disputas sobre a natureza que as condições de alteração da climatologia planetária têm nos alertado prestar atenção, essa é um tipo pegada ecológica que parece muito mais com uma teia de aranha do que com um pé de hominídeo.

Por conseguinte, não demorou também para que esse batismo “antropocênico” fizesse surgir seus mil outros nomes. Alguns deles são postulados como *Capitaloceno*, *Plantationoceno*, *Chthuluceno* (HARAWAY, 2016a)³, *Intrusão de Gaia* (STENGERS,

¹ O apelido dado a nova época geológica como “era” dos humanos do ponto de vista da geologia é um equívoco, pois não corresponderia (ou pelo menos não ainda) às escalas de tempo estratigráficos marcadas pelas geociências, preferível pensar o Antropoceno como uma nova “época”. O dossiê da Unesco, publicado em 2018, com o título “Bem-Vindo ao Antropoceno” exemplifica o quanto o conceito tem sido trabalhado em diversas áreas do conhecimento atualmente, disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000261900_por. Acesso em: 14.04. 2021.

² O livro “*Arts of Living on a Damaged Planet: Ghosts and Monsters of the Anthropocene*” [Artes de viver em um Planeta Ferido], editado por Anna Tsing, Heather Swanson, Elaine Gan, Nils Bubandt é uma coletânea de ensaios sobre essas aproximações epistêmicas de distintas áreas de pesquisadoras e pesquisadores pode ser notável o exercício de historicizar categorias, criticar e superar binarismos conceituais e metodológicos como “natureza e cultura”, “histórico não histórico”, “vivo e não vivo”.

³ Para Donna Haraway (2016) o Plantionoceno está ligado a essa obstrução, e o que ela chamou posteriormente de Chthluceno marca possibilidades de se contar outras histórias, reconhecendo diversas

2015) - em que para cada uma dessas designações se orienta respostas éticas, políticas e estéticas para essa nova época. Logo, nomear o Antropoceno como fruto de um único evento histórico, tem sido um exercício peculiar, oriundo de um tipo de história também peculiar e específica, marcada pela trajetória colonial das sociedades ocidentais a qual tem universalizado os descritores políticos da modernidade (FERREIRA DA SILVA, 2022; 2024). Para tal história ainda pouco contada, o Antropoceno está distante de uma mera crise. Como defende Bruno Latour (2020a), ele é um novo Regime Climático. Um período conturbado como tem afirmado Donna Haraway (2016a: 2023), sendo um momento no qual precisamos de urgências, habilidades de respostas⁴, *pensar com e fazer* parentesco com distintos seres.

De modo complementar à essas críticas, ao analisarmos e confrontarmos distintas divergências sobre o sentido de natureza, e o que começou a ser nomeado como Antropoceno, é fundamental retroceder ao início das discussões sobre os modelos de previsão a respeito das mudanças climáticas. Um exemplo da lentidão das políticas climáticas pode ser visto na negociação a respeito de que até metade deste século haverá uma descarbonização e “transição” energética⁵.

A maior parte da crítica ao Antropoceno tem evidenciado apenas um tipo de narrativa em que há apenas a dominação “humana sobre a natureza”, onde a natureza por sua vez tem sido posta passivamente. Entretanto, como também tem se buscado complexificar, estamos diante antes do fim do mundo, mas do fim da “natureza barata” (MOORE, 2021). Do mesmo modo, o Antropoceno tem corroborado com narrativas prometeicas onde a centralização das ações humanas e o bem estar exclusivamente humano transformou-se em um mal estar planetário.

Nesse sentido, o papel das narrativas críticas sobre esse processo recai sobre o que foi defendido por Bruno Latour (2014), vivemos o retorno da ciência para sua velha face - a política da natureza. E essa não é mais a dimensão política apenas dos humanos, esse

entidades no mundo, e portanto, fazer do Antropoceno um tipo de época onde os humanos deixem de ser os únicos seres principais.

⁴ Haraway (2016b) usa no inglês a expressão “*respon-hability*”, para o dever de criar nesse novo momento a habilidade de gerar respostas, aquelas mais variadas possíveis e que possam pensar nos modos onde alteridades significativas são importantes para definir quem morre e quem vive nesse tempo.

⁵ A chamada transição para economias “limpas” pelos Estados, um plano ambíguo, visto que também não abrem mão cada vez mais acelerada de energia e bens de consumo causando ainda mais contaminações.

é um tipo de cosmopolítica⁶ (STENGERS, 2018) que se encarrega sobre os diferentes modos de conhecimento com a Terra. Essa noção tem sido ativada para repensar outras alternativas e especulações, sejam filosóficas, históricas, científicas e ambientais para a sobrevivência da vida em um planeta cada vez mais degradado. Um exemplo sintomático dessa história é que a ameaça nuclear do século XX e o tempo do fim por ela anunciado (ANDERS, 2013) transformou-se na ameaça de uma sexta grande extinção no decorrer deste século. Desse modo, as diversas formas de vida exigem a necessidade dessas cosmopolíticas da terra, onde sejam articuladas práticas de cooperação entre diversos interesses e seus viventes (FAUSTO, 2014; COSTA, 2019).

Estas diversas críticas sistematizam em especial a questão de como no Antropoceno diferentes tipos de povos e conhecimentos podem agir além de uma única visão sobre a natureza, mas conjugando de maneira múltipla suas existências. Nesse sentido, apontamos o uso complementar da ideia de cosmopolítica de Stengers (2018) como maneira de insurreição das posições distintas; na qual é preciso “gerar comuns” sobre as políticas climáticas. Para que se possa lidar com mundos múltiplos, a partir da insistência no pensamento coletivo, devemos também reconhecer a incomensurabilidade desses mundos, e apontar para alianças entre as diferenças. O Antropoceno exige que se supere as limitações políticas dos Estados nacionais as quais legitimaram as separações humanos versus natureza, de modo que se possa fomentar uma nova imaginação política para fazer desse período o mais curto possível a fim de garantir a sobrevivência dos vários modos de vida não somente humano (HARAWAY, 2023).

⁶ O uso da ideia “cosmopolítica” é uma proposição, elaborada pela filósofa belga da ciência Isabelle Stengers que recai originalmente ao debate no qual ela, assim como Latour, vem a alguns anos chamando atenção para as práticas científicas como articulações políticas, que no caso dela também ganha outra atribuição como “ecologia das práticas”. Para Stengers a proposição cosmopolítica diz respeito também ao cosmos, uma noção que recusa englobar “o todo”, que segundo a autora é uma posição do tipo “o desconhecido que constitui esses mundos múltiplos, divergentes (...)” (Stengers, 2018, p. 447) assim a proposição cosmopolítica, é a nomeação por via da insistência que o pensamento coletivo faz existir de determinada coisa, ou seja, é “inventar a maneira mediante a qual a “política”, que é a nossa assinatura, poderia fazer existir seu “duplo cósmico” [*doublure cosmique*], as repercussões disso que vai ser decidido, disso que constrói suas razões legítimas, sobre isso que permanece surdo a essa legitimidade, eis a proposição cosmopolítica” (Stengers, 2018, p. 448).

Políticas da unificação da natureza

A partir do contexto final da década de 1980, com o fim da Guerra Fria e das Repúblicas Soviéticas houve ainda mais um crescimento da globalização e das formas de obtenção dessas *commodities*. Assim, os debates sobre as mudanças do clima, que já eram alertados desde de 1972⁷, começavam a repercutir a partir da criação do Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas, o IPCC, em 1988. Vindo a publicar seu primeiro relatório climático nas vésperas da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), a Rio92, ou Eco92.

A Eco92, por sua vez, marcou uma grande experiência a respeito dos discursos sobre a natureza e das ausências de respostas concretas por parte de governantes a respeito da transformação do meio ambiente. Realizado na cidade do Rio de Janeiro, esse evento também chamado de a Cúpula da Terra, foi responsável pela maioria das decisões organizadas no decorrer dos anos de 1990 e início dos anos 2000.

No evento, diversos líderes mundiais deram início às discussões políticas contidas nos documentos que foram elaborados com base nos dados científicos sobre a mudança do clima. Essas discussões reconheciam a importância urgente do meio ambiente e foram responsáveis por homogeneizar as visões sobre os problemas desencadeados pelo uso acelerado de combustíveis fósseis e outras fontes de energia não renováveis. Os documentos da década de 1990 com maior notoriedade foram, sobretudo, a Carta da Terra, a Agenda 21; a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; a Convenção sobre Diversidade Biológica; Convenção sobre as Mudanças do Clima e o Protocolo de Kyoto⁸.

A Convenção identificou abertamente as evidências científicas relacionadas entre as emissões dos gases de efeito estufa e as “atividades humanas”⁹. É também o documento

⁷ A Conferência de Estocolmo em 1972, Suécia, aquele ano marcou talvez o que seria não somente a primeira discussão global sobre os limites do meio ambiente, mas onde os humanos assumem os riscos cada vez maior de um possível colapso planetário.

⁸ Esse último apenas foi finalizado e assinado como o primeiro tratado internacional em 1997 (terceira COP no Japão), a respeito do controle e a objetiva diminuição das emissões de gases de efeito estufa. Foi a partir dele que também se propôs a noção de crédito de carbono como moeda de troca entre os países. Ver: [Protocolo de Kyoto — Senado Notícias](#). Acesso em: 15. 09. 2022.

⁹ Marca-se a expressão entre aspas não duvidando do impacto industrial humano sobre o clima, mas como tal generalização não corresponde a todos os modos de vida na Terra. Justamente, essa a crítica mais frequente e rigorosa sobre o sentido de “Antropoceno”.

que em um primeiro momento observa três importantes pontos sobre a questão naquele momento:

Reconhecendo que a mudança do clima da Terra e seus efeitos negativos são uma preocupação comum da humanidade,

Preocupadas com que atividades humanas estão aumentando substancialmente as concentrações atmosféricas de gases de efeito estufa, com que esse aumento de concentrações está intensificando o efeito estufa natural e com que disso resulte, em média, aquecimento adicional da superfície e da atmosfera da Terra e com que isso possa afetar negativamente os ecossistemas naturais e a humanidade,

Observando que a maior parcela das emissões globais, históricas e atuais, de gases de efeito estufa é originária dos países desenvolvidos, que as emissões per capita dos países em desenvolvimento ainda são relativamente baixas e que a parcela de emissões globais originárias dos países em desenvolvimento crescerá para que eles possam satisfazer suas necessidades sociais e de desenvolvimento (UNFCCC, 1992, p. 3)

No que tange a ideia moderna de natureza, e a sua homogeneização, a análise desses documentos nos demonstra como essa ideia vinha sendo construída. A Carta da Terra e a Convenção do Clima ambos documentos finalizados em momentos distintos ajudam a explicar essas políticas. Embora os dois documentos marcassem os discursos sobre o futuro da Terra, e pela primeira vez um grande número de povos reunidos discutindo esse futuro, a ideia de natureza parecia ser – ou era levada a ser – entendida apenas como uma única coisa.

Em muitas passagens da Cúpula, o tema da justiça climática se centralizava e países ricos tendiam a não reconhecer a sua responsabilidade a respeito das consequências, principalmente, da alteração do sistema climático planetário, este sendo ainda um problema enfrentado pelas Conferências das Partes (COP) que começavam ser organizadas anualmente após a sua criação. Porém, sem nenhuma medida prática naquele momento, os países implicados na elaboração dessa documentação criaram apenas objetivos a serem alcançados.

Ficava evidente na Carta da Terra o teor retórico de como a natureza era pensada, a Carta foi publicada em 1997, mas já havia começado a ser escrita e circular entre distintos públicos, políticos, e pessoas interessadas desde os debates ambientais abertos pela Eco92. Na Carta, constam compromissos ecológicos universais com o que vinha sendo largamente defendido pelos órgãos ligados à ONU como o cuidado com a Terra. Surgia também quase um contrassenso sobre esse cuidado, pois a falta de justiça

ambiental era simultaneamente esquecida diante de uma noção e defesa de “responsabilidade comum”¹⁰, como foi redigido no preâmbulo do documento:

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que **o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil**, o futuro reserva, ao mesmo tempo, grande perigo e grande esperança. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos **uma família humana** e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos nos juntar para gerar uma sociedade sustentável global fundada **no respeito pela natureza**, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade de vida e com as futuras gerações. (CARTA DA TERRA, 1997, p. 1, em negrito nosso)

Mesmo com tais objetivos a fim de um “bem comum”, o documento por visar a universalidade ética de tais premissas, inviabiliza também o reconhecimento de formas específicas que entendem os princípios fundamentais levantados pela Carta: a “humanidade”, “a natureza” e mesmo “o mundo”. É nessa arena que se colocam as diferenças, como se todos os povos da Terra correspondessem a uma única visão moderna da natureza e mesmo da sua própria humanidade. Como debate Bruno Latour (1994; 2014; 2020a), sendo os Modernos os portadores desse tipo de imaginação, em que o ideal da bifurcação natureza-cultura visa operar partes separadas do mundo, e fazem com que distintos tipos de agências se espalhem entre esses dois polos.

Diante do Antropoceno não estamos mais lidando com agências meramente materiais do mundo moderno que visava separar a natureza da cultura, mas frente à entidade cuja o corpo deve ser percebido como um organismo vivo composto de variados outros organismos vivos, uma agência terrana (LATOURE, 2020a). As políticas climáticas surgidas em especial após a Rio92, exemplificando essa dificuldade de criar relações com um planeta vivo, em que uma política de unificação e por consequência a sua universalização tem atuado na ausência de consenso a respeito de como cada povo poderá responder às mudanças climáticas. Visto que aqueles que pouco tinham a ver com as explorações ambientais globais parecem agora serem cobrados pelas mesmas condições de agência sobre os problemas planetários.

¹⁰ Essa responsabilidade comum não é uma ideia de que todos temos responsabilidades sobre o futuro do planeta, mas que todos devemos agir do mesmo modo sem reconhecer as muitas diferenças entre os países, principalmente aquelas que dizem a respeito as questões econômicas marcadas como entraves para o avanço das negociações sobre substituição dos modelos exploratórios. Justamente por demonstrar como é possível perceber a pretensa noção de unificação política sobre divergências ontológicas, modos de ser, com o mundo.

Em muitas passagens da Carta da Terra, esse é o modo de conhecimento que se sobressai, ainda, por uma visão “naturalista” da vida na Terra. Como explicitado anteriormente, é preciso de uma noção cosmopolítica que engaje objetivos “comuns”, sem que pretenda englobar todos aqueles possíveis diferentes. Nas questões climáticas isso tem gerado diversos impasses, pois ver a natureza e ressaltá-la apenas como uma “única coisa” a ser controlada, produz um problema epistemológico na tentativa de gerir respostas aos diversos acontecimentos que figuram as manchas do Antropoceno (TSING, 2021). Por outro lado, como tem sido defendido por Isabelle Stengers (2018) sobre a urgência dos modos de pensar cosmopolíticos, é preciso de uma ecologia política “etológica”, de modo que não haja lugar para generalizações fatalistas:

“mas há lugar para aprender a descrever com precisão a maneira como as histórias que nós podíamos ter pensando como sendo promissoras acabam por se voltar ao fracasso, à contrafação ou à perversão: em outras palavras, construir uma experiência e uma memória ativas, compartilháveis, criadoras de exigências políticas.” (STENGERS, 2018, p. 452).

Diante dessa proposição e as “exigências políticas” ao invés das generalizações abertas pelos conceitos de “uma humanidade” que simplesmente controla a “natureza”, possamos enfatizar modos de conhecimento cuja a sua construção esteja em aberta diante de tempos urgentes, conectando local e o planetário sem ocultar a especificidade e os saberes situados (HARAWAY, 1995). Entretanto, aparentemente, as documentações climáticas tem insistido em práticas inversas a esse postulado, como diz Stengers, é preciso que os pesquisadores interessados assumam o risco de construir seus saberes de um modo que os torne “politicamente ativos”, engajados na experimentação do que pode fazer a diferença entre sucesso e fracasso ou contrafação” (STENGERS, 2018: 452).

Como ficou evidenciado primeiro artigo da Convenção da Eco92, o qual ressaltava que “uma mudança de clima que possa ser direta ou indiretamente atribuída à atividade humana que altere a composição da atmosfera mundial e que se some àquela provocada pela variabilidade climática natural observada ao longo de períodos comparáveis” (UNFCCC, 1992: 5). Nesse primeiro artigo ficava implícito a questão posta sobre o engajamento ou experimentação para gerir novas formas de pensar as tomadas de decisão. Era também perceptível a falta de “certeza científica” alimentada sobre os modelos climáticos, sendo “direta ou indireta” e o debate da comparação das mudanças do clima no planeta como algo “natural” versus a agência humana. Naquele momento, esse tipo de debate gerou inumeráveis dúvidas, muitas delas fruto do financiamento de

empresas que não reconheciam o caráter destrutivo das suas atividades sobre o aquecimento global (OREKES & CONWAY, 2010).

As discussões sobre as mudanças climáticas começavam a ser demonstradas por uma série de estudos no que se chamou de ciência da mudança climática, a qual as suas origens remontam ao século XIX. Naquele momento, as primeiras impressões químicas a respeito da atmosfera passaram a ser calculadas por modelos técnicos e matemáticos ainda imprecisos. No fim do século XX, essa imprecisão já não existia, e os modelos não só faziam do presente objeto de um medo do futuro, como haveriam de elaborar as imaginações onde um tipo de mundo em que não deveria servir como mero recurso era questionado.

A partir do início dos anos 2000, o IPCC também reforçava a ideia de segurança das informações e de seus dados climáticos, ou seja, precisava-se demonstrar como funcionava a sua avaliação o que no relatório aparece com várias questões explicando a respeito de como se constrói a ideia de controle sobre as emissões debatidas. Desde o primeiro relatório eles apresentam detalhes sobre os instrumentos utilizados para prever o clima do futuro é um instrumento que estabelece um modelo do clima e do câmbio climático, o modelo de circulação geral (GCM). Tal modelo é baseado em descrições térmicas em leis físicas, e em tipos de medição como parametrizações (IPCC, 1992, p. 18). Além especificarem a técnica utilizada já afirmavam as bases que seguiram resultados da avaliação, como indica no relatório:

Que la temperatura media mundial aumentará en promedio, en el siglo que viene, aproximadamente 0,3°C cada diez años (con una incertidumbre de 0,2 - 0,5°C por decenio), partiendo del supuesto de que las emisiones de gases de efecto invernadero se ajusten al Escenario A ("de seguir todo como hasta ahora"); la rapidez con que se producirá este incremento será mayor que el registrado en los últimos 10.000 años. Ello dará por resultado un aumento probable de la temperatura media mundial de aproximadamente 1°C en el año 2025 (2°C más que en el periodo preindustrial) y de 3°C antes de que finalice el próximo siglo (4°C superior al período preindustrial). Este aumento no será regular debido a la influencia de otros factores. (IPCC, 1992, p. 58).

A partir desses relatórios e a fim de ganharem notoriedade na Cúpula da Terra, não se poderia subestimar tais avisos. Foi nessa atmosfera pouco agradável para os diversos líderes mundiais que a seriedade da questão era unânime entre os muitos países que a reconheceram. O planeta estava em risco. A falta do cuidado, ou melhor, as condições de elaboração da política que enfatizasse um cuidado comum, minimizando riscos, acirrou as condições de destruição planetária e marcou as primeiras décadas de

negociações climáticas. Era o momento em que essa política de unificação sobre o consenso de destruição do planeta estava em jogo. Precisava-se abrir caminho para outros modos de reivindicações políticas diversificadas. Modos de organização da vida comum frente às diferentes perspectivas de povos e lugares.

Ainda assim, essa política de unificação do clima e o seu intuito recaia sobre um único objetivo, o qual é até hoje encontrado nos debates das Conferências das Partes: “a estabilização das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera num nível que impeça uma interferência antrópica perigosa no sistema climático” (UNFCCC, 1992, p. 6). Em síntese esses documentos tinham como planejamento sensibilizar os países signatários a cumprirem o que foi descrito pelos artigos da convenção. Do mesmo modo, o Brasil tornou-se assinante dela, a fim de cumprir principalmente com a questão do desmatamento na Amazônia.

Apesar de reconhecer as medidas necessárias para se conter o avanço da mudança no clima, os responsáveis pela elaboração dessas políticas climáticas, pouco falavam nas diferenças entre como cada povo, ou, como cada cultura historicamente lida com a ciência ocidental, e como a verdade empírica das mudanças planetárias haveriam de afetar cada vez mais esses distintos povos da Terra. Com a aprimoração dos modelos de previsão climáticas para o século XXI, foi se tornando ameaçador a ideia de um futuro melhor para muitos viventes. Esse presente espesso tem questionado uma visão de historicidade onde o futuro não mais é o redentor das ações do presente, pois com o aumento da temperatura como previsto desde 1992 pelo IPCC, ocorre uma dessincronização entre o tempo da política (da diplomacia climática) e o tempo do planeta (TURIN, 2023).

Como acentuou Dipesh Chakrabarty (2009; 2018) as mudanças no clima fizeram com que a humanidade reconhecesse simplesmente apenas a sua agência sobre a natureza, mas agora como uma força, no sentido geológico do termo. Ao mesmo tempo, os cientistas do sistema terra tem caminhado rumo à uma nova historicidade do planetário ou uma historicidade antropocênica, ele conceitualiza tal movimento como um “regime global de historicidade, que permitiu a muitos historiadores humanistas e das ciências sociais lidar com o tema da mudança climática e com a ideia do Antropoceno” (CHAKRABARTY, 2020, p. 8). Para ele, esse regime de historicidade relaciona as histórias dos impérios, da modernidade, da colonização, do capitalismo, da ciência e da

tecnologia ao Antropoceno (CHAKRABARTY, 2020). Vale destacar que a própria experiência humana enquanto espécie e história do planeta não correspondem necessariamente a essa simples história humanista com a nomeação do Antropoceno, elas têm se confundido diante desse novo regime de historicidade.

Além disso, ressalta-se tal qual apontado pela crítica de Danowski e Viveiros de Castro (2017), sobre o Antropoceno, a despeito dessa pretensa noção universal e unificada de espécie humana e sua natureza em que “[ela] não é, para muitos povos não-modernos, a consequência inerte (conceitual) de uma história natural, mas um dado ativo (experiencial) da história social do conjunto do vivente enquanto atualização diferenciada da potência antropomorfa pré-cosmológica” (DANOWSKI E VIVEIROS DE CASTRO, 2017, p. 115).¹¹ Isto é, a história do e no Antropoceno tornou-se generalista, ou como criticou Donna Haraway (2023) “grande demais”, pois são equalizadas poucas respostas multiespecíficas às mudanças em curso e poucas formas políticas tem sido levadas a sério a partir dos muitos mundos existentes em um mesmo planeta.

As diferentes explicações sobre o acontecimento da Terra (COSTA, 2019) nos levam a refletir e repensar questões que não são ingênuas ao tratarmos diferentes modos de conhecimento sobre a “natureza” e as suas histórias. Junto de um modo relacional de estar com o mundo o qual as políticas deixam de ser unificadas, e passam a ser diversificadas. Isto exige uma prática de pensar a parcialidade das políticas climáticas, em que se possa responder a cada coral que é destruído, cada espécie que não é mais vista, cada história e seus entes que não habitam mais as florestas diante de uma guerra ontológica (ALMEIDA, 2021). A política deixa de ser apenas uma ordenação do “unificador humano”, e passa a se multiplicar, ou seja, os muitos afetados pela mutação climática, humanos e outros que humanos, são agentes dessa cosmopolítica da diversificação em que é necessário pensar *com*, guiados por uma ética sobre quem vive e morre em um planeta em destruição (HARAWAY, 2016a).

É por meio desse rastreamento que podemos aventar políticas da diversificação, não somente ao modo de “outras” ontologias e epistemologias “humanas”, mas de povoar o conhecimento com diferentes tipos de múltiplos seres, bichos, gentes e lugares. Esse

¹¹ Na crítica dos autores à pretensa universalidade humana defendida por Chakrabarty, eles continuam: “O conceito de Antropoceno de Chakrabarty, em suma, nos parece carente de comparativismo etnológico e de curiosidade tradutiva.” (Ibid., p. 115).

tipo de política da diversificação se encontra complementar em adiar fins de mundos, ou construir modos de imaginação cuja a finitude escatológica pense também a criação de mundos possíveis. Fora da imaginação histórica do próprio regime aceleracionista do capitalismo contemporâneo (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2017).

Do mesmo modo que Donna Haraway (2016; 2023) tem descrito, é preciso fazer parentes no Chthuluceno, uma época renomeada por ela em desavença ao Antropoceno. Fazer parentes, com outros mais que humanos, para ela significa um modo de entendimento de ligação com seres da terra, principalmente aqueles que vêm sendo afetados pela atual erupção da mutação climática planetária, aqueles que estão sendo mortos desenfreadamente pelo modo de desgoverno do presente. Viver com, portanto, é um modo político, ético e do cuidado da filosofia de Donna Haraway, que parece não caber e desafiar a maneira como se entende a vida no capitalismo ou mesmo nos modos de destruição marcados pelo colonialismo é criar mundos e reconhecer distintas habilidades de respostas (*respons-ability*) ficando com o problema da catástrofe ambiental.

Se não entendermos, como vem discutindo Bruno Latour (2020b), que natureza volta para a cena principal na política da segunda metade do século XX, e tem se apresentado nesse primeiro momento de nossa época como uma maneira de obtenção acelerada de recursos, não entendemos então o quão grande são os problemas nem da política e nem da natureza. A hipótese é evidente, tudo que se disse sobre a ciência do clima nas últimas três décadas sem levar em conta a política (LATOURE, 2020b), e em especial aqueles mais afetados pelas alterações planetárias, não passaria de um fracasso de perspectiva, ou mesmo, uma tentativa de encarar o mundo do ponto de vista exterior à Terra. Sobre esse ponto de vista exterior, não seria possível entender o que anda ocorrendo a partir da vasta sensação do presente de um mundo sem chão para se apoiar - para se aterrar (LATOURE, 2020b). Do mesmo modo, como tem proposto Ailton Krenak (2019), é preciso converter a ideia geral de uma humanidade destruidora do planeta em povos “grudados” com a terra. É urgente que iniciemos a escrever e reimaginar essas outras histórias com o próprio mundo.

O início do fim: conclusão

A hipótese dita antes, pressupõe uma ciência preocupada em reconhecer os riscos dos usos de combustíveis fósseis, como apontado desde os primeiros relatórios científicos do IPCC. Entretanto, mesmo identificando o caráter homogeneizador das políticas climáticas, elas não avançaram em criar respostas rápidas o suficiente para que se freasse as catástrofes em curso. A emissão de mais e mais gases de efeito estufa tem sido encarada como consequência do deslocamento da política da unificação da natureza. Uma figura principal dessa política é a imagem homogênea da “humanidade” como agente total ou excepcional, ou, nos termos de Chakrabarty (2013; 2018) uma força geológica no Antropoceno e as suas diversas contradições.

O aquecimento global e a obstrução do sistema biogeoquímico da Terra, reconhecidos nos primeiros relatórios do IPCC e nas Conferências sobre o meio ambiente nos dizem mais do que simplesmente dados sobre a transformação antropocênica terrestre. Eles marcam o fim da política como articulação meramente humana, expandindo as obrigações e as respostas para gerações futuras sobre um “tempo do fim” ou o “fim dos tempos” (ANDERS, 2013; DANOWSKI & VIVEIROS DE CASTRO, 2017).

Defendemos nesse artigo a necessidade de expansão dessa política para uma cosmopolítica, a qual tendo que lidar com a emergência do Antropoceno e as políticas do clima, reivindicamos histórias onde caibam uma pluralidade ontológica de viventes com a Terra. É urgente que iniciemos a escrever e reimaginar essas outras histórias com o próprio mundo. Como apontado, as políticas climáticas devem pensar de maneira a não englobar todos as diferenças ao lidar com diversidade de gentes e ecologias, constituindo uma forma de pensar a unidade biofísica do planeta em conjunto com os muitos mundos que ele abriga. O paradoxo do Antropoceno é que ele cria magnificência para uma espécie cuja a própria vida depende de outros encontros multiespécies, mas essa é ainda uma outra história que precisa ser contada.

FONTES:

CONFERÊNCIA das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) Convention on Climate Change. **Estudos Avançados**. v.6., n.15, p. 161-92, 1992.

CONFERÊNCIA das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) Principles on Forests. **Estudos Avançados**, v. 6., n., 15: 225-32, 1992.

CONFERÊNCIA das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) Convention on Biological Diversity. **Estudos Avançados**. v. 6., n., 15: 193-23, 1992.
CUPULA DA TERRA. Carta da Terra. 1992.

IPCC. Cambio Climático: Las evaluaciones del IPCC de 1990 y 1992. **Primer Informe de Evaluación del IPCC Resumen General y los Resúmenes para Responsables de Políticas**. Jun. 1992.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. W. Barbosa de. Anarquismo Ontológico e Verdade no Antropoceno. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 10–29, 2021.

ANDERS, G. Teses para a Era Atômica. **Sopro**, n. 87, 2013.

CHAKRABARTY, D. O clima da história: quatro teses. **Sopro**, n. 91, 4-22, 2013.

CHAKRABARTY, D. “Anthropocene Time”. **History and Theory**, v. 57, n. 1, p. 5-32, 2018.

CHAKRABARTY, D. **O Planeta: uma categoria humanista emergente**. Zazie Edições: Rio de Janeiro, 2020.

COSTA. A. C. **Cosmopolíticas da Terra: Modos de existência e resistência no Antropoceno**. (Tese de Doutorado) Pontifícia Universidade Católica (PUC): Rio de Janeiro, 2019.

CRUTZEN, P. J & STOERMER, E. F. The “Anthropocene”. **The International Geosphere– Biosphere Programme (IGBP) Newsletter**. 41, p. 17-18, 2000.

DANOWSKI, D.; VIVEIROS DE CASTRO, E. **Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins**. 2 Ed. Florianópolis: Cultura e Barbárie, Instituto Socioambiental, 2017 [2014].

DOMANSKA, E. **A história para além do humano**. Rio de Janeiro: FGV, 2024.

FAUSTO, J. Os desaparecidos do Antropoceno. **Os mil nomes de Gaia: do Antropoceno à idade da Terra**. Digital. Rio de Janeiro, 2014.

FERREIRA DA SILVA, D. **A dívida impagável – Uma crítica feminista, racial e anticolonial do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2024.

FERREIRA DA SILVA, D. **Homo Modernus – Para uma ideia global de raça**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022.

HARAWAY, D. “Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes”, **ClimaCom**, 3 (5), p. 139-146. 2016b.

HARAWAY, D. **Ficar com o problema: fazer parentes no Chthuluceno**. São Paulo: N-1 edições, 2023.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

HARAWAY, D. **Staying with the trouble – Making Kin in Chthulucene**. Duke University Press: Durham and London, 2016a.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Companhia das Letras, São Paulo, 2019.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LATOUR, B. **Diante de Gaia. Oito conferencias sobre a natureza no Antropoceno**. São Paulo: Ubu Editora, 2020a.

LATOUR, B. **Onde aterrar? Como Se Orientar Politicamente no Antropoceno**. São Paulo: Ed. Bazar do Tempo, 2020b.

LATOUR, B. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. **Revista De Antropologia da USP**, v. 57, n. 1, p. 11-31, 2014.

LOWANDE, W. A Ciência No Tempo Das Catástrofes: O Caso Da Emergência Da Ciência Do Sistema Terra. **Revista História**, São Paulo, v.42, 2023.

MCNEILL, J.; ENGELKE, P. *The Great Acceleration: An Environmental History of the Anthropocene since 1945*. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

MOORE, J. “Introdução”, in J.W. Moore (org.), **Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo**. Tradução de Antônio Xerxenesky e Fernando Silva e Silva. São Paulo, Editora Elefante, 2022.

ORESQUES, N.; CONWAY, E.M. **Merchants of Doubt: How a Handful of Scientists Obscured the Truth on Issues from Tobacco Smoke to Global Warming**. London: Bloomsbury Press, 2010.

PADUA, J. A; SARAMAGO, V. O Antropoceno na perspectiva da análise histórica: uma introdução. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 54, p. 659-669, 2023.

POVINELLI, E. **Catástrofe Ancestral – Existências no liberalismo tardio**. São Paulo: Ubu, 2024.

STEFFEN, W. *et al.* Planetary boundaries: Guiding human development on a changing planet. **Science**, v. 347, n. 6223, p. 1259855, 2015.

STENGERS, I. “A proposição cosmopolítica”. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, 69, p. 442-464, 2018.

STENGERS, I. **No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima**. São Paulo: Cosac & Naify. 2015.

STENGERS, I.; PIGNARRE, P. **La Brujería Capitalista**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Hekht Libros, 2017 [2005].

SULIANI, C.; KLANOVICZ, J.; MARCIO DA SILVA, C. Antropoceno: história, historiografia e perspectivas. **Cadernos do Ceom**, Chapecó, v. 36 n. 59, 2023.

TSING, A. L. O antropoceno mais que humano. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 176–191, 2021.

TSING, A. L. **Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno**. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

TSING, A.; SWANSON, H.; GAN, E.; BUBANDT, N. (eds.). **Arts of Living on a Damaged Planet: Ghosts and Monsters of the Anthropocene**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2017.

TURIN, R. Antropoceno e futuros presentes: entre regime climático e regimes de historicidade potenciais. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 54, p. 703-724, 2023.